

Resposta ao Professor Dr. Jorge Michalani – O problema da proibição do álcool –  
J.Brás.Psiquiatria – vol 53(6): 393-4, 2004

O Professor Michalani, professor titular aposentado de patologia da Escola Paulista de Medicina, vem de uma tradição intelectual consistente que foi a medicina do século XIX, com toda ênfase na observação dos fenômenos biológicos e o rigor conceitual. Infelizmente quando fez observações sobre as idéias defendidas por mim no Jornal do CREMESP de novembro de 2003, o fez com uma emoção incomum para intelectuais desse período, que foi a pressa em ler e refletir sobre o que leu. Se tivesse lido com um rigor esperado de alguém com essa tradição teria visto que nem eu e muito menos as mais de 300 organizações que assinaram o manifesto em defesa de uma política do álcool não defendemos a proibição do álcool. Também temos um visão histórica e sabemos que nas sociedades ocidentais a proibição do álcool não é uma opção. Sabemos, no entanto, que o controle social do álcool é inevitável numa sociedade democrática.

Todo esse movimento social, que busca um maior controle social em relação ao álcool, felizmente, recebe grande apoio agora no Brasil das principais instituições médicas como os Conselhos Regionais de Medicina, e em especial o CREMESP; o Conselho Federal de Medicina e a Associação Brasileira de Medicina. Esse apoio se dá essencialmente porque o álcool é um dos principais problemas de saúde pública e representa pelo menos 4% de todas as doenças no Brasil (Revista Brasileira de Psiquiatria – Suplemento Álcool e a Psiquiatria – 2004). As idéias defendidas não são frutos de uma reflexão individual mas de um consenso organizado pela Organização Mundial da Saúde, que em publicação recente (Alcohol: no ordinary commodity – Thomas Babor e col, OXFORD UNIVERSITY PRESS, 2004) corrobora com fortes evidências científicas as principais políticas que deveriam ser implementadas em qualquer país.

Contra o desejo do ilustre Prof. Michalani as políticas que receberam maiores evidências nos últimos 30 anos de pesquisas são:

1 – aumento do preço de bebidas alcoólicas: muito bem estabelecido que quanto maior o preço, menor o consumo. Esse tipo de política é especialmente importante num país como o Brasil, onde temos uma das bebidas alcoólicas mais baratas do mundo. Nenhum país desenvolvido, ou em vias de se tornar, vende um litro de destilado como a pinga por menos de U\$ 0,50. Teria um impacto especialmente importante entre os adolescentes.

2 – restrições à propaganda do álcool: existem boas evidências que quanto mais propagandas sobre álcool um adolescente assistir, maiores são as suas chances de ter uma atitude favorável em relação ao álcool e de ter um consumo excessivo. É exatamente por isso que mais de 300 entidades brasileiras já assinaram um manifesto defendendo um projeto de lei já aprovado pela Câmara (PL-35) e esperando o voto do Senado que faz com o álcool exatamente o que foi feito com o cigarro. Ou seja, proibição de propaganda das 6 às 21 horas. Não temos dúvidas que essa medida faria do Brasil um país mais democrático ao não permitirmos o excesso de propagandas vendendo o álcool para nossas crianças e adolescentes. Mais de 200.000 brasileiros (as) já assinaram um abaixo assinado de apoio a esse projeto.

3 – controle do beber e dirigir: mais de 30.000 mortes ocorrem por ano devido a falta de controle pelos órgãos governamentais em relação ao beber e dirigir. Todas as evidências mostram que se tivéssemos bafômetros sendo feitos regularmente poderíamos diminuir substancialmente essas mortes. Essa é uma das políticas cujas repercussões são as mais rápidas, pois a população, quando reconhece que o controle está sendo feito, passa a respeitar essa lei. Temos o Código Brasileiro de Trânsito que é bem moderno na sua concepção, mas ele não é implementado em relação ao álcool.

4 – venda de álcool a menores de idade; no Brasil, apesar de que o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) deixar muito claro que é proibido a venda de álcool a menores de idade essa é mais uma lei que não é seguida. Teríamos um grande impacto do ponto de vista de saúde pública se as cidades implementassem uma política de controle de venda para essa população. As evidências mostram que quando esses controles existem os adolescentes bebem menos, envolvem-se menos em acidentes e diminuem as chances de outros problemas de saúde, inclusive de desenvolverem dependências de outras drogas.

Cito apenas essas quatro políticas que são as que tem um impacto maior do ponto de vista de saúde pública. As evidências são fartas e robustas. Infelizmente a intolerância, a ignorância e o obscurantismo ainda são muito comuns no Brasil. Setores da sociedade têm dificuldades em entender as opções políticas em relação ao álcool. Defendem muitas vezes idéias retrógradas e inócuas por puro desconhecimento das evidências ou as vezes má fé. O Prof Michalani, ao querer ensinar história, infelizmente ensinou o quanto o pensamento fragmentado e desconexo pode continuar contribuindo para a paralisia da história da saúde pública no Brasil em relação ao álcool.

Prof. Dr. Ronaldo Laranjeira  
Professor de Psiquiatria da UNIFESP  
Coordenador da Unidade de Pesquisa em Álcool e Drogas (UNIAD)